

As Especialidades e os Processos de Cooperação desencadeados pelo Grupo Gestor do Arroz Orgânico nos Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul

Fernanda de Figueiredo Ferreira

Resumo:

O artigo analisa o processo organizativo desenvolvido pelo Grupo Gestor de Arroz Orgânico nos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. O Grupo é uma organização representada por todas as instâncias executivas, através das representações políticas, técnicas e das famílias. No âmbito regional estão representados pelas cooperativas do MST, as equipes técnicas e os núcleos operacionais, bem como os grupos de interesses composto pelas famílias, tendo como base o assentamento e o universo de composições que vão desde grupos individuais até associações. A trajetória da experiência configura-se positiva, frente aos atuais referenciais teóricos de cooperação econômica e os processos organizativos propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além dos novos significados de cooperação desencadeados em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: Grupo Gestor Arroz Orgânico, Reforma Agrária, Cooperação Agrícola.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem sido retratada em vários estudos que abordam o processo recente de reconhecimento de sua importância e a inserção de suas demandas nas políticas públicas da União. Em números expressivos e crescentes, a agricultura familiar tem contribuído significativamente com o PIB nos últimos anos, e vem ganhando destaque na pauta de prioridades do Estado. Esse processo acaba chamando atenção, também, para os assentamentos rurais de reforma agrária.

A pesquisa em assentamentos rurais não é nenhuma novidade, e dispõe de referenciais teóricos e metodológicos bem consolidados. Desta forma, o presente trabalho busca revisar e contribuir para o maior conhecimento sobre a questão organizativa das famílias camponesas em contexto de assentamentos de reforma agrária. Mais especificamente, propõe-se a descrever como aconteceu à formação, caracterizar a organização social e gestão e apontar as possíveis contribuições do Grupo Gestor do Arroz Orgânico (GGAO) no Rio Grande do Sul no processo de desenvolvimento dos assentamentos. O interesse no tema deriva-se do caráter inovador dessa forma de organização e da constatação de que esse assumiu grande importância na região metropolitana de Porto Alegre e está expandindo sua atuação para os demais assentamentos que trabalham com arroz no RS. Considera-se que o estudo dessa organização traz elementos importantes para entender o processo de formação dos grupos de interesses, surgimento de outras formas de cooperação entre assentados e assentamentos e, também, para a compreensão do processo de transição dos sistemas de produção de arroz convencional para arroz orgânico, o qual tem amplo destaque nos mercados “verdes” desta região. Assim, ressalta-se a necessidade de uma maior compreensão dos processos de formação, organização e implicações da atuação do Grupo Gestor (GG) em termos da cooperação entre assentados e assentamentos e transição nos seus sistemas de produção.

O presente artigo tem por objetivo compreender a formação, caracterizar a estrutura e o papel do GG no processo de transição do cultivo de arroz orgânico e nas formas de cooperação nos

assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Assim, o resgate histórico e a sistematização dos resultados do trabalho podem colaborar com a compreensão das estratégias de formação do GG e traçar novas linhas de intervenção, dentro das políticas de fortalecimento do Grupo.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em grande parte na região de atuação do Grupo Gestor do Arroz Orgânico, ou seja, nos assentamentos onde a experiência e a dinâmica de construção do GG avançaram e modificaram a racionalidade dos trabalhos de cooperação, envolvendo seus principais sujeitos, as famílias camponesas.

Tal análise se refere à trajetória potencializada pela organização, a experiência e as dinâmicas de construção adotadas pelo Grupo Gestor avançaram e trouxeram toda uma racionalidade para os trabalhos de cooperação no Estado do RS, primeiramente na região metropolitana de Porto Alegre, onde o Grupo está consolidado, e em diferentes situações encontradas nos novos assentamentos, onde o processo de organização é recente. Assim, em relação aos municípios e assentamentos onde o processo de produção orgânica está consolidado e as unidades certificadas, destacam-se: Viamão, Tapes, Charqueadas, Guaíba, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Arambaré e Barra do Ribeiro.

A pesquisa utiliza-se de variadas fontes de informação, centradas nas técnicas de observação e entrevistas, além da participação em reuniões e espaços de formação. As entrevistas com informantes-chaves visaram dar um panorama geral e localizar os pontos convergentes entre os diferentes integrantes do Grupo Gestor, bem como entender o funcionamento do Grupo, suas práticas e ações, com vistas a conhecer seus atores, suas referências organizacionais e formas de atuação.

Neste sentido, as entrevistas com informantes-chaves visaram dar um panorama geral e localizar os pontos convergentes entre os diferentes integrantes do Grupo Gestor, bem como entender o funcionamento do Grupo, suas práticas e ações, com vistas a conhecer seus atores, suas referências organizacionais e formas de atuação. As entrevistas semi-estruturadas para levantamento de dados sobre o processo organizativo e histórico do Grupo Gestor de Arroz Orgânico foram dirigidas aos diferentes integrantes do Grupo Gestor (coordenadores, técnicos, representantes das famílias e as próprias famílias), com questões abertas que permitiam ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, seguindo alguns temas centrais, como a construção do histórico do Grupo, as identidades, os processos de cooperação, as normas, os valores, as metas, os critérios e os objetivos.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Significados da cooperação no âmbito da reforma agrária

Ao construir a sua concepção de cooperação, o MST tem a clareza de que essa deve estar vinculada a um projeto estratégico, de transformação da sociedade e que neste contexto, essa se configura como uma ferramenta de luta, na medida em que contribui para a inserção de pessoas na luta política.

... o MST se desafia a constituir e desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos por razões econômicas, para aumentar o capital constante, a produtividade do trabalho, aumentar o poder de comercialização, desenvolver a agroindústria e indústria; sociais, objetivando maior fortalecimento da comunidade com moradias próximas, maior possibilidade de investimento em infra-estrutura básica, maiores possibilidades de lazer; políticas, pretendendo ampliar resistência ao capitalismo, desenvolver a

consciência política dos assentados e acúmulo de forças para a transformação social (CONCRAB, 2004, p.11).

A cooperação no MST se dá sob diferentes formas e em todos os seus espaços de atuação, que vai desde a própria luta pela terra até a organização de cooperativas, na perspectiva da superação da organização social capitalista.

A cooperação, como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial para o MST desde a sua origem. É entendida como um processo de aprendizagem de longo tempo, cujo desenvolvimento inicia-se nos acampamentos antes mesmo da conquista da posse da terra, mas que precisa ser continuamente revisado e assume diferentes formas, conforme se transformam as condições objetivas da realidade (ELIAS, 2005).

Os dirigentes enfatizam que a cooperação não se resume na organização de cooperativas e que a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um “sem terra”; este talvez seja o significado de “cooperação” de maior peso para o MST. A necessidade de garantir alimentação, moradia, saúde e educação e de articular politicamente os camponeses acampados para enfrentar as pressões sociais e judiciais de estarem na condição de “invasores”, apontam para o embrião do que significa a cooperação no MST, em termos econômicos, sociais e políticos.

Economicamente, cooperar é um modo de organizar e administrar a produção, através da divisão social do trabalho e autogestão, somando esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para produzir individual e ou coletivamente. Ainda no aspecto econômico, a cooperação desenvolvida pelo MST não se diferencia das experiências tradicionalmente desenvolvidas no Brasil. Se há uma diferença, ela está na tentativa de “re-pensar” o modo de produção, por exemplo, através da cooperação nas relações de trabalho. Para Scopinho (2007), a sobrevivência econômica dos camponeses depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos escassos recursos financeiros, naturais e humanos e da ampliação da competitividade dos produtos no mercado.

Porém, a cooperação pode contribuir para melhorar as condições de vida do camponês, não apenas no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda. Ao extrapolar o modo de organizar o processo produtivo, do ponto de vista social, ela pode ser também um recurso essencial para ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivos, tais como moradia, infraestrutura básica (água, energia elétrica, telefonia, estradas, transporte), educação, saúde, segurança, lazer, etc. As famílias geralmente são assentadas onde não existe uma infraestrutura mínima adequada para se constituir uma comunidade. É através da pressão e do esforço coletivo junto aos órgãos oficiais que o passivo social diminui e a terra inóspita, aos poucos, transformam-se em pequenos vilarejos, em comunidades organizadas. Esta dimensão da cooperação, favorecedora de condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos, aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias camponesas nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais.

De outra forma, a lógica interna do MST, aquilo que o sustenta efetivamente, está mais além dessa cooperação econômica, está no seu objetivo geral de luta pela terra, nos valores, nos princípios, nas decisões coletivas em todas as instâncias.

Cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, um valor que se transforma em um importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao camponês produzir e reproduzir-se no campo. Para o MST, a cooperação é uma ferramenta de luta pela sobrevivência, uma forma de resistência.

A cooperação, então, concretiza-se através de uma constelação de formas organizacionais diferentes. A diversidade de formas e variedade de combinações organizativas são indicadores da flexibilidade dos arranjos organizacionais, o que pode explicar a capacidade de sobrevivência e de reprodução das experiências. São também considerados elementos subjetivos, como o grau de consciência política, a história das comunidades na luta pela terra e as formas de trabalho e de

produção por elas desenvolvidas anteriormente. Essas diferentes formas aglutinam-se organicamente, no que se denomina SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados (SCOPINHO e MARTINS, 2002).

A partir disso, conforme Elias (2008), a cooperação agrícola é, então, concebida e desenvolvida no MST como uma estratégia capaz de enfrentar o modelo dominante, contribuindo ao mesmo tempo para a reorganização da produção e para a organização política, da agricultura camponesa. Apesar de não se resumir à organização formal de cooperativas, o MST criou mecanismos para concretizar esses princípios e para institucionalizar o ato de cooperar. Simultaneamente cooperação é um princípio ideológico de solidariedade e igualdade dentro dos princípios do movimento, dadas as restrições de infra-estrutura, as especificidades da força de trabalho em relação às diferentes linhas de produção, bem como a garantia de aporte da mesma na produção, comercialização, armazenagem e beneficiamento dos produtos. Nesse sentido, cooperação é uma forma ampla e eficiente de organizar coletivamente a estrutura econômica, social e política das famílias camponesas produzirem e re-produzir.

3.2 Trajetória das formas organizativas apoiadas pelo MST

A medida que os assentamentos foram sendo constituídos, o Movimento de Luta pela Terra passou a se preocupar e ocupar-se também dos problemas dos camponeses “assentados”, e não mais exclusivamente dos sem terras. A necessidade dos camponeses produzirem, a falta de experiência dos “sem terra” em regiões muito distintas de sua origem, bem como o problema da atuação tradicional dos técnicos envolvidos com a extensão rural, impulsionou o MST, preservando seus interesses organizacionais, a promover um processo de construção de referências próprias no campo da organização da produção.

A política organizativa da cooperação nos assentamentos iniciou-se tão logo o MST estruturou-se como um movimento que reivindicava terra para os trabalhadores rurais, em 1986. No mesmo ano ocorreu em Cascavel, no Paraná, o I Encontro Nacional dos Assentados que, defendendo a tese da continuidade acampamento-assentamento no que se refere à luta pela reforma agrária (entendida não só como distribuição de terra, mas também como garantia de condições para torná-la produtiva), definiu como prioridade a busca de recursos para produzir e promover a cooperação a partir da constituição de pequenos grupos de famílias para facilitar o controle e a gestão. Ainda na década de oitenta do século passado, uma importante conquista da organização dos assentados foi uma linha de crédito oficial subsidiado denominado PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (SCOPINHO et. al, 2010).

A institucionalização da cooperação foi imposta como forma de acesso aos recursos financeiros estatais para viabilizar a produção nos assentamentos, as estratégias definidas para fazê-lo variaram em momentos distintos, conforme a conjuntura econômica e política do país.

Ao longo da década de 1990, sob o impacto das sucessivas crises, das mudanças na política agrícola e da repressão governamental aos movimentos populares para consolidar a reforma neoliberal, a política de cooperação do MST variou de propostas inteiramente coletivas, como as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), até as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs). Nas CPAs não só as organizações de trabalho, mas também certos aspectos da vida doméstica como refeitórios e creches eram coletivos, já as CPSs garantem os serviços necessários para dar suporte ao trabalho familiar na terra, tais como compra de insumos, beneficiamento da produção, comercialização, transporte, armazenamento e assistência técnica (MARTINS, 2004).

Pode-se dizer que a cooperação foi institucionalizada pelo MST na medida em que a pressão social dos camponeses conquistou as linhas oficiais de crédito para o financiamento da produção, cujo repasse só é efetivado através de entidades jurídicas que os representem junto ao estado. Assim, convencidos da necessidade de formalizar um sistema cooperativista alternativo ao existente e representado pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil –, os camponeses assentados criaram, em 1992, a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB, 1995).

A diversidade de formas e a variedade de combinações organizativas que compõem o quadro de construção das famílias camponesas, através do processo coletivo de organização, indicam que a flexibilidade dos arranjos organizacionais pode explicar a sobrevivência e a capacidade de reprodução das experiências. Assim, as diferentes formas de organização aglutinam-se organicamente, através do Sistema Cooperativista dos Assentados, o SCA, que é organizado nos estados e também em nível nacional, identificados por elementos objetivos (capital, trabalho, produção e comercialização), e subjetivos (cultura, identidade, condições do ambiente, consciência política, modos de produção), conforme Scopinho (2009).

A experiência de institucionalização mostrou que a cooperativa, enquanto entidade econômica, somente tem um papel político a cumprir se o grupo que a empreender tiver um ideal ou um projeto político claro. A criação de cooperativas, em si, não organiza politicamente os assentamentos; ao contrário, pode acarretar uma carga burocrática e administrativa intensa e consumir grande parte do tempo dos dirigentes.

Essas constatações levaram a maior atenção aos processos de organização informal ou espontânea dos assentados. Nesse aspecto é importante considerar que os camponeses, e não os movimentos são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses constroem os movimentos e as organizações (e não o contrário), e que estes são um atributo de sua existência.

A organicidade do processo de cooperação entre as famílias camponesas está atrelada ao próprio desenvolvimento das forças produtivas no âmbito da espacialidade das unidades de produção camponesa, entre outras. Segundo Fabrini (2008), o MST tem procurado estimular a aproximação das famílias camponesas a partir da organização do espaço. A organização de cooperativas, grupos coletivos, núcleos de moradias são alguns exemplos. Entretanto, segundo Santos (2000), a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de solidariedade entre vizinhos, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de vida que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns. O espaço, condição de reprodução de diferentes interesses não uniformiza as relações quando estão envolvidos tais interesses, ou seja, não suprime, na aproximação de vizinhanças, as contradições sociais.

Para o MST, as cooperativas coletivas nos assentamentos (CPAs) são uma forma de rompimento do isolamento entre os camponeses. A eliminação do distanciamento das famílias é uma condição para a construção de atividades comunitárias e coletivas. Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados permite a aproximação e unidade entre as famílias assentadas, condição necessária para a construção da resistência. Neste sentido, busca-se resgatar o conceito de grupo, no dicionário Aurélio é “conjunto de pessoas ou de objetos reunidos num mesmo lugar”. Para a sociologia, a definição é um pouco mais ampla, como segue:

Em sociologia, um **grupo** é um sistema de relações sociais, de interações recorrentes entre pessoas. Também pode ser definido como uma coleção de várias pessoas que compartilham certas características, interajam uns com os outros, aceitem direitos e obrigações como sócios do grupo e compartilhem uma identidade comum — para haver um grupo social, é preciso que os indivíduos se percebam de alguma forma afiliados ao grupo. Enquanto um agregado incluir várias pessoas somente, um grupo, em sociologia, exibe coerência em um grau maior. Aspectos que os sócios no grupo podem compartilhar incluem interesses, valores, raízes étnicas ou linguísticas e parentesco. Já a diferença quanto a sociedade não é apenas quantitativa, ou seja, um grande grupo não é necessariamente uma sociedade; a sociedade deve ter aspectos não-essenciais ao grupo, como uma localização espacial, uma cultura auto-suficiente e um mecanismo de reprodução e renovação dos membros (WIKIPÉDIA, 2011).

De outra forma, no dicionário de sociologia, a definição é de que “os grupos formam uma coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas sociais que desempenham papéis

recíprocos, segundo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns”.

A partir do reconhecimento dos limites das formas organizativas padronizadas, o MST abre-se para a construção de novas formas organizativas, que melhor respondem às necessidades das conjunturas onde se inserem os camponeses assentados. É nesse contexto que se observa a formação do Grupo Gestor do Arroz Orgânico na região metropolitana de Porto Alegre, RS, descrito na sequência.

4. RESULTADOS

4.1 Os processos cooperativos desencadeados pelo Grupo Gestor

A organização do trabalho nos assentamentos de reforma agrária é um desafio posto pelo MST ao conjunto dos assentamentos, porque integra uma bandeira de luta do Movimento, tornar o latifúndio, outrora improdutivo, em terra produtiva através da Reforma Agrária. Ou seja, para o Movimento não basta ganhar a terra, é necessário provar que o modelo da Reforma Agrária gera mais desenvolvimento do que o modelo do Agronegócio. O relato a seguir vem carregado deste sentimento de busca de espaços e das novas concepções de matriz produtiva.

O MST foi reconhecido ao longo de sua história, através de sua capacidade de luta, de marcha, de mobilização e de enfrentamento. Contudo, nesse último período o processo de enfrentamento tem recuado, não pelas contradições postas, mas por uma série de questões como as dos acampamentos que são cada vez menores. Ainda assim, enquanto movimento social, postula ser reconhecido pela sociedade como uma organização que hoje produz, organiza e vive de maneira diferenciada no campo, pois é o que dará continuidade, através do diálogo com a sociedade de tornar-se uma força política (GGAO – Entrevistado 4, Representante da Equipe Técnica, São Gabriel, 2011).

Enfim, são territórios conquistados que, por diversas razões, continua-se acreditando que a luta pela terra tem que seguir e que os territórios conquistados não podem ser deixados num segundo plano. Por isso, a ênfase de centralizar o processo orgânico aos novos assentamentos, pois estes se vinculam diretamente à luta pela reforma agrária, tendo uma identidade muito clara com a ideologia do MST. Assim, não teria sentido defender outro projeto que não o de base ecológica, isso implica entender que é necessário todo um processo de transição, pois os latifúndios ocupados possuem um histórico de exaustão produtiva, e por isso muitas vezes foram abandonadas como terras improdutivas (GGAO – Entrevistado 3, Representante dos Dirigentes Regionais, São Gabriel, 2011).

Entretanto, se o modelo do Agronegócio e da Reforma Agrária forem tomados somente pela ótica da produção, ambos deveriam ser considerados atrasados. A concepção clássica da Reforma Agrária, de dividir os lotes e produzir, incorporando o mesmo modelo tecnológico, provavelmente não apresente a eficiência do agronegócio (de parte dele) nos parâmetros estabelecidos pelos pacotes tecnológicos.

Nesse sentido, a disputa política da reforma agrária está estritamente vinculada com o modelo de produção, a forma de produzir e o jeito de viver no campo. Assim, incorpora-se a idéia denominada pelo MST como a reforma agrária popular¹, visto que é um avanço no contexto de conteúdo em relação à reforma agrária clássica que deu origem ao próprio Movimento.

¹ É um termo utilizado pelo MST para demarcar a sua proposta de Reforma Agrária (www.mst.org.br/node/7708).

É nesse contexto que, assumem importância os depoimentos que expressam os significados importantes que o processo de cooperação na produção agroecológica resgata, por exemplo: as discussões proposta pela equipe técnica que abordam todo o atual sistema de manejo adotado para o cultivo de arroz orgânico, bem como o envolvimento das famílias camponesas e a divisão de responsabilidade de suas práticas. A construção dos grupos de trabalho acerca de cada um dos temas do processo de produção e a rede de relações que essa sistemática tece, expressa a racionalidade que o Grupo Gestor apregoa, a partir de suas dinâmicas ímpares: a cooperação no âmbito do trabalho e da produção.

4.2 Processos de cooperação solidária nas práticas sociais

A prática de cooperação determina o início do desenvolvimento das famílias camponesas que recentemente conquistaram a terra, mas que ainda encontram várias dificuldades, pois as condições iniciais de crédito e habitação são precárias. Este sentido é percebido no relato das entrevistas, nos diferentes núcleos regionais.

Com todos os problemas e dificuldades que existem, a falta de recursos, o desgaste da luta, ainda reflete muito nos trabalhos, os dois primeiros anos são bem complicados, principalmente o primeiro ano que se chega a terra é pior do que no período de acampamento em nível de dificuldades para as famílias, até porque é o momento que se percebe que o sonho está sendo concretizado, mas que ainda é muito complicado. É muito difícil e ele não está sendo concretizado, ele está ali, mas não está palpável, porque ainda não está pronto. “E se começar a pisar em falso pode se frustrar, e o perfil dos assentados que vem da cidade, ele é muito imediatista, então ele acha que chegando a terra, ele encontrará uma estrutura pronta (GGAO – Entrevistado 2, Representante do Grupo de interesses, Nova Santa Rita, 2011).

No âmbito dos assentamentos novos, a situação é delicada, pois as famílias não dispõem de uma infra-estrutura que de suporte a nenhuma matriz tecnológica, seja ela convencional ou agroecológica, pois a crise inicial é de sobrevivência no lote.

Em relação à caracterização dos assentamentos, mesmo com uma linha tênue entre os assentamentos consolidados no processo produtivo de arroz orgânico e os novos, que ainda passam pelo processo de transição, a construção e o fortalecimento da experiência desempenhada pelo Grupo Gestor do Arroz Orgânico, juntamente com as estruturas cooperativas do MST, entre elas a COOTAP e a COCEARGS, ganham novo impulso e credibilidade junto às famílias camponesas. Isto porque, além de organizar a produção, garante a comercialização, a viabilidade econômica e a transformação do “ser social”, à medida que as pessoas sentem-se valorizadas. Desta forma, amplia-se a quantidade de municípios e assentamentos inseridos no Grupo Gestor, resgatando famílias “desacreditadas” no processo de reforma agrária.

O processo de cooperação solidária nas práticas sociais culmina em dois processos: primeiramente, observa-se o caso dos assentamentos mais antigos, onde o histórico de lutas pela conquista da terra e o longo período nos acampamentos resultou na maior capacidade de organização política para a formação dos grupos de interesses, associações e no trabalho dos processos de cooperação.

Nos assentamentos novos, a condição inicial é desfavorável, à medida que o acesso às políticas de crédito torna-se mais restrito, acentuadas pela diversidade de sujeitos com concepções políticas diversas, apresentando pouca experiência dos acampamentos. De outra forma, as áreas novas a infra-estrutura de produção é quase inexistente, o que resulta na necessidade de maiores reflexões e compreensão na construção e organização das linhas de produção.

Por exemplo, o assentamento Apolônio de Carvalho, em Eldorado do Sul, é um assentamento novo, onde as famílias estão começando a estruturar-se e a forma de cooperação

oportuniza o plantio, o aprendizado, o fortalecimento e a viabilidade econômica e social das famílias.

A Cooperativa Estadual (COCEARGS) é denominada por eles como o chapéu da organização, fornecendo o óleo diesel às 54 famílias que foram assentadas recentemente, com proposta de 3 anos de parceria e 60 mil sacas de arroz orgânico (GGAO - Entrevistado 2, Representante da COOTAP, Tapes, 2011).

Nesse aspecto, a equipe técnica da região procura sensibilizar as famílias para a formação dos grupos de interesses e integrá-las nas atividades desenvolvidas nos assentamentos próximos, bem como, orientá-las nas práticas sociais.

Assim, o desenvolvimento dos assentamentos novos está centrado nessas novas dinâmicas que o Grupo Gestor propicia dentro de suas atividades de discussão, entre os grupos de trabalho, que envolve as equipes de ATES e os demais convênios como instituições parceiras, na construção do conhecimento.

Passa a ser um projeto de vida, então pensar assim que a 8, 10 anos atrás nos não conhecíamos nem plantar arroz, e hoje nos vender arroz para merenda escolar, passar a dominar o processo de produção, de secagem, de armazenagem, beneficiar, organizar a comercialização, a contabilidade, a logística de entrega, entender de mercado, de preço, de tudo e isso estar sobre o nosso controle e, além disso, ter na cabeça (na consciência), um projeto de vida isso é o nosso maior patrimônio, o desenvolvimento do Ser (VONTADE). O nosso maior patrimônio muitas vezes não está na parte material, mas estão no capital humano que o Grupo Gestor construiu durante esse processo, durante esses longos anos (GGAO – Entrevistado 2, Representante da COCEARGS, Porto Alegre, 2011 – grifos meus).

4.3 Processos de cooperação institucionais

A cooperação institucional esta fortalecida principalmente, pelos processos de formações, através das instituições parceiras que de maneira cooperada ampliam o conhecimento das famílias, tornando-as mais coesas em suas práticas produtivas. Desta forma, a CONAB, o INCRA, a EMBRAPA, o CONFIE, a UFSM, a UFRGS, o IRGA e o MDA desempenham papéis importantes, entre eles destacam-se os múltiplos fatores de natureza técnica e política que perpetuam o processo de cooperação e de organização.

Nas linhas de crédito para a produção orgânica, têm-se o Pronaf Sustentável e o Pronaf Agroecologia. No âmbito dos programas de governo, a comercialização ganha estímulos, com acréscimo de até 30% no produto orgânico para os mercados institucionais, como PNAE e PAA. Outra política facilitadora está centrada na regulamentação dos processos de certificação que, valoriza o processo de produção agroecológica e oportuniza novas formas no aprendizado solidário de trabalhar a terra. Também podem ser citadas: a redução nos custos de produção pela maneira ampliada de organização; a inserção de novos estudos de material genético na área de sementes orgânicas; as formações e capacitações; e as unidades de referências, expandindo as técnicas aos assentamentos novos.

De outra forma, os estudos do processo de comercialização e de mercados, bem como as práticas eficazes na desconstrução de conflitos, oportunizados pela melhoria das relações e de trabalhos conjuntos, têm ampliado o sentido de cooperação no âmbito do trabalho para as famílias camponesas, pois a troca solidária do conhecimento e da informação tem atribuído autonomia ao processo de desenvolvimento dos assentamentos.

4.4 A realização de atividades especializadas

A partir do crescimento e organização do Grupo Gestor, da inserção das famílias camponesas nos processos de discussão democrática, entre estes, no âmbito do setor de produção,

da assistência técnica e da organização (MST), bem como a apropriação do conhecimento e a participação nas decisões, no âmbito das diferentes instâncias, através do planejamento estratégico culminam em proposição de atividades especializadas que dão origem há vários subprogramas, dentro do Programa do Arroz Orgânico.

Desta forma, são necessárias a formação e capacitação em atividades mais específicas com cronogramas e responsabilidades bem definidas, dando vazão à formação de outros grupos gestores, no sentido de contemplar diferentes linhas de produção. Assim, para os subprogramas, destacam-se: o de recursos hídricos; infra-estrutura; comercialização; sementes; assentamentos novos, e certificação. Cada subprograma traz sua contribuição na construção dos processos desencadeados pelo Grupo Gestor. Apresentam-se, na sequência, alguns processos que deram origem a atuação especializada.

4.5 A produção de sementes

Em relação às sementes, um grupo organizado por 35 famílias camponesas, atualmente possui grande autonomia na produção, agregando qualidade em uma área de 244 ha de plantio, com produção de 22.400 sacas em 2011, nas variedades IRGA 417, IRGA 424, EPAGRI 108 e EPAGRI 109. A abertura para construção e formação de parcerias com outras instituições de pesquisa é importante, à medida que qualifica as sementes, objetivando a certificação das mesmas, pois atualmente encontram-se no processo S_1 e S_2 ², ou seja, sementes não certificadas, mas com origem genética comprovada de primeira e segunda geração, respectivamente.

Desta forma, a organização da COOPAT - Cooperativa de Tapes, foi registrada no MAPA com definição para a produção de sementes em uma área de 123 ha, observando a classificação e padronização das mesmas. Este núcleo foi contemplado por usufruir de uma estrutura mais completa de armazenamento, secagem e beneficiamento. E, atualmente, a unidade de Guaíba tornou-se referência para as sementes orgânicas certificadas, facilitando a logística para a área de maior produção que se encontra em Eldorado do Sul.

4.6 Comercialização

A partir da organicidade propiciada pela existência de um Comitê de Comercialização, envolvendo o processo de construção do Grupo Gestor, existe a marca registrada, a embalagem unificada, o selo e o preço unificado, que englobam todo o subprograma do arroz orgânico.

A comercialização é um ponto estratégico para a autonomia das famílias, que amplia os sentidos e os significados de suas práticas camponesas, tornando-os sujeitos do seu processo de conhecimento e de suas atividades.

A certificação orgânica tem uma ampla abertura de comercialização para o mercado institucional, juntamente com os programas de aquisição de alimento PAA, que atualmente tem garantia de 30% para a compra mínima da produção da agricultura familiar, além de preferência de produtos orgânicos para os editais da merenda escolar, constituindo-se em uma importante alternativa nas estratégias de comercialização, principalmente no Rio Grande do Sul. Para a reforma agrária, a aproximação com o mercado institucional, além da comercialização, trouxe a garantia de renda para as famílias camponesas, através da valorização de seus produtos e saberes.

Essa prática fortalece a organicidade das famílias e, conseqüentemente, os mercados locais de pequeno e grande varejo, principalmente porque favorece a política de redistribuição de renda, através dos programas de doação simultânea, como creches, escolas, merenda escolar, entre outros. Desta forma, amplia-se o papel desempenhado pelos atores locais, como prefeituras, cooperativas e associações.

4.7 Assistência Técnica e Formação

Os técnicos têm papel fundamental dentro do processo de organização dos grupos de interesses e das famílias, à medida que participam das diversas atividades desempenhadas no

² Classificação indicada às sementes que não estão certificadas, a partir da normativa 07, do MAPA.

assentamento, desde viabilizar as condições mínimas de infra-estruturas para as famílias recém chegadas, que ainda permanecem na “lona preta”, garantindo assim, sua inserção nos grupos de trabalho, tendo o aporte dos programas sociais e dos cuidados com a saúde.

Assim, nas reuniões em conjunto com o Comitê Gestor, os técnicos apresentam as linhas de produção, conforme o interesse e a disposição das famílias camponesas e, através de reuniões, são organizadas a formação dos grupos e a capacitação das famílias, prestando orientação tanto no estabelecimento quanto no manejo da cultura, conforme os critérios adotados pelo Grupo Gestor.

Da mesma forma que através dos técnicos, o processo de formação e de conhecimento avançou bastante nas bases do assentamento com o Grupo Gestor, à medida que eles ampliam seus conhecimentos, sistematizam informações e se apropriam de processos fundamentais que atualmente são considerados pontos estratégicos na consolidação dos assentamentos e da sua base social.

Nesse sentido, os processos de formação e a troca de experiências contribuem na qualificação do alimento orgânico, em todos os processos, da lavoura até o consumidor final.³

Essas constatações levaram a maior atenção aos processos de organização informal ou espontânea dos assentados. Nesse aspecto é importante considerar que os camponeses, e não os movimentos são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses constroem os movimentos e as organizações (e não o contrário), e que estes são um atributo de sua existência.

Nesta etapa, definiu-se que após cada ciclo cultural, haveria um seminário para troca de experiências e reflexões, além de dois dias de campo, por ano, para facilitar o entendimento das práticas de manejo.

Além disso, permite também elaborar planos de desenvolvimento das práticas sociais e criar condições de diálogo para que os sujeitos envolvidos no processo possam refletir sobre suas realidades sociais, aprimorar suas capacidades lógicas de tomar decisões, e melhorar seus conhecimentos e habilidades para introduzirem explicitamente o processo de planejamento em diferentes dimensões ou planos sociais de suas vidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela reforma agrária traduz, em parte, a aposta em uma nova matriz tecnológica voltada para a produção orgânica. Deste modo, a cultura do arroz tem ocupado espaços significativos nas áreas de assentamentos, exercendo importante contribuição no processo organizativo das famílias, ocasionando mudanças nas suas concepções de mundo e de trabalho.

A capacidade de construção de um projeto coletivo fortalece as responsabilidades assumidas pelo Grupo Gestor, bem como o reconhecimento e participação das famílias camponesas, que atualmente trabalham no processo de cooperação. Além disso, as matrizes tradicionais de produção não são excluídas, deixando em aberto e oferecendo propostas àquelas famílias que desejam se inserir no processo de transição para o modelo agroecológico. Esse vínculo acaba estabelecendo relações de parceria mais sólidas com outros atores econômicos, sociais, políticos e institucionais que, de alguma forma, têm interesse na consolidação do mesmo.

Outro passo importante na construção e fortalecimento desse Grupo é o processo de experimentação e aprendizado empreendido, desdobrando as dificuldades através da discussão e reflexão proposta pelos seminários e dias de campo. Essas soluções e alternativas desempenhadas pelo Grupo Gestor nos assentamentos de reforma agrária podem ser uma ferramenta eficaz no fortalecimento e na continuidade do desenvolvimento dos grupos de interesses, nas dinâmicas estabelecidas pelos movimentos sociais e na estrutura de comercialização.

³Dentro do processo organizativo vivenciado pelo Grupo Gestor, as formações também fazem parte dos subprogramas de capacitação e formação continuada, entre eles, citam-se aqueles vinculados ao processo produtivo de arroz agroecológico que vão desde a implementação do cronograma de plantio, as práticas de manejo, disposição de máquinas e equipamentos, bem como as definições referentes ao fluxo de produção, colheita, armazenamento, secagem, beneficiamento e comercialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 12° ed. São Paulo. Editora Boitempo, 2009.
- BARAONA, R. Un Campesino por Dentro. **Conferência de abertura do IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. (Mimeo)
- BETTO, F. BOFF, L. **Mística e espiritualidade**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2010, p.275.
- CONCRAB. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: CONCRAB, 1995. (Caderno de Formação nº 4),1995.
- MARTINS, A. F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo**: As comunidades de resistência e superação do MST. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP. (2004).
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, vol.19, n.spe, pp. 84-94. ISSN 0102-7182. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400012>.